

**A**s utopias mais conhecidas são as do Renascimento. O próprio termo *utopia* foi cunhado no século XVI, mais exatamente em 1516, por Thomas More, e dado como nome a uma ilha, onde se instalara uma sociedade idealizada, que expressava os desejos de perfeição da sua época, de retorno a uma situação primordial de paz e de harmonia. Mas a Idade Média também teve as suas utopias, como demonstra Hilário Franco Jr. neste excelente ensaio publicado pela Editora Brasiliense.

A rigor seria possível relacionar um grande número de utopias medievais. Na "Introdução", o autor faz referência àquelas que considera não tão fundamentais mas que, de qualquer forma, numa obra mais extensa, poderiam merecer tratamento aprofundado e capítulos à parte. São elas: a *utopia da paz* (o claustro), a *utopia alternativa* (a heresia), a *utopia da simplicidade* (o bucolismo), a *utopia da igualdade jurídica* e a *utopia da autonomia*, estas últimas expressas pelas emblemáticas figuras de Robin Hood e de Guilherme Tell.

Todavia, como não é possível, evidentemente, tratar de tudo, Hilário Franco Jr. escolheu quatro utopias básicas, as quais estão, como se verá, pela própria formulação de seus nomes, profundamente impregnadas de componentes míticos. Talvez seja este (o enraizamento no mito) o aspecto mais relevante dos sonhos medievais.

Em primeiro lugar, numa sociedade que conheceu a fome de perto, vem a utopia alimentar, a abundância, a *Terra da Cocanha*. Seguem-se o *Milênio*, a *androginia* e o *Paraíso*.

É bastante interessante a escolha, pelo autor, dessas quatro utopias e da construção do livro num esquema quaternário. O número 4 está vinculado a um rico simbolismo, que a própria obra aponta: "este (o nº 4) refere-se ao terrestre (pontos cardeais, elementos da matéria, letras do nome de Adão,

JÔNATAS BATISTA NETO

## Um guia seguro ao imaginário medieval



etc.)” (p. 22). Na Idade Média muito se falou dos quatro elementos básicos que entram na formação do Cosmo (o fogo, o ar, a água e a terra), dos quatro ventos, dos quatro grandes rios, dos quatro Evangelhos, etc. O número 4 e o quadrado (bem como o retângulo) simbolizam uma totalidade, mas uma totalidade material, “encarnada”. Daí a imagem da cruz, fundamental no Cristianismo, que também remete ao quatro.

A opção por um esquema quaternário no livro em discussão parece responder a uma dupla constatação: as utopias propostas formam uma totalidade, englobando à sua maneira todas as demais, e decorrem da expectativa da materialização de seus elementos constitutivos. Em outras palavras, é neste mundo e num tempo que ou precede o homem ou o aguarda no final dos séculos que as utopias encontram as condições de uma expressão adequada.

Como já dissemos, a utopia da abundância, a *Terra da Cocanha*, é basicamente uma resposta à escassez alimentar da Idade Média e, nesse sentido, é ela que mais facilmente pode ser explicada em termos econômicos e sociais ou, em outras palavras, históricos. Chuvas, secas, pragas e epizootias podiam provocar crise na produção de alimentos e, com isso, naturalmente vinha a fome. Diz o autor:

“Em fins do século VIII, segundo os *Anais do Mosela*, os homens comiam os excrementos uns dos outros, homens devoravam homens, os irmãos a seus irmãos, as mães a seus filhos. Outros atos de canibalismo ocorreram, documentadamente, pelo menos na região de Sens em fins do século IX, em vários locais da Gália e da Germânia em princípios do século XI, na Flandres do século XIV” (p. 24).

O desejo coletivo de abundância era expresso, na Idade Média, de diversas formas, como, por exemplo, o relato de banquetes formidáveis (especialmente na Borgonha do século XV), os milagres alimentares de certos santos como São Nicolau, hagiografado na *Legenda Áurea*, e a promoção de festas. Mas onde se revela mais

**JÔNATAS BATISTA NETO** é professor do Departamento de História da FFLCH-USP.

*As Utopias Medievais*, de Hilário Franco Jr., São Paulo, Brasiliense, 1992.

claramente é, sem dúvida, em alguns mitos, como o do Graal, que, para além da sua forma cristianizada, possuiu também o sentido pagão de vaso ou recipiente maravilhoso, gerador de todos os bens e riquezas alimentares, uma espécie de cornucópia.

“O que era o Graal?”, pergunta o autor às suas fontes.

“Formalmente, segundo o cronista Helinando de Froidmont, em inícios do século XIII, o prato que o Senhor usara, na Santa Ceia (...) um recipiente largo e raso (*gradalis*, *gradale* ou *greal*), geralmente de prata e no qual se serviam ‘alimentos deliciosos e variados’. Simbolicamente era um útero, uma cornucópia, da sua função produtora, alimentar; mas era também um túmulo, como aparece em Roberto de Boron e no contemporâneo Honório d’Autun. Sentidos que não se excluíam, pois a vida e a morte são faces de uma mesma realidade, como quotidianamente percebiam os homens daquela sociedade agrária” (p. 38).

Outro mito medieval, relacionado à utopia alimentar, é o da *Terra da Cocanha*, à qual já fizemos referência, e que, por ter na função de subsistência seu traço principal, havia-se transformado num quase sinónimo da utopia da abundância.

A *Cocanha* é um mito de origem medieval, embora tenha conhecido a sua maior difusão na Idade Moderna (séculos XVI e XVII). O nome provém certamente do verbo latino *coquere* (cozinhar) e ela é retratada, nos textos de que dispomos, como uma terra onde nunca faltam alimentos, onde os rios são de vinho e onde os doces caem do Céu, como chuva. A *Terra da Cocanha*, onde, ainda por cima, as mulheres são sempre belas e o amor é livre, pode ser vista como uma espécie de “resposta goliárdica e libertina ao ascetismo cristão” (p. 48).

A mesma aspiração de vida sem conflitos, perenemente harmoniosa e tranqüila, aparece sob a forma do Milênio, uma espécie de *Idade de Ouro*, posterior à decadência e ao fim do mundo material.

O Milenarismo está intimamente vinculado à expectativa popular do retorno do Cristo. Para o homem medieval, especialmente para os humildes e sofredores de toda espécie, a vinda do Messias deveria ser a com-

panhada da mais extraordinária fartura.

“O maná cairá novamente do Céu. Desaparecerão as enfermidades, a angústia, as dores, as lutas, as paixões, as invejas e os ódios. As mulheres parirão sem dor, as feras se tornarão animais domésticos, o trabalho não cansará. Acabado esse reino messiânico, ocorrerão a ressurreição geral e o Juízo” (p. 60).

Diversas são as manifestações da corrente messiânica na Idade Média. Uma parte delas corresponde à tradição popular, normalmente mais otimista, ressaltando os aspectos relacionados com a abundância e com a tranqüilidade; outra resulta de produção clerical, freqüentemente pessimista, com ênfase sobre a severidade e a justiça divina no Juízo Final.

No século XII, o abade italiano Joaquim de Fiore apresentou uma nova versão do Milênio cristão, estabelecendo uma espécie de periodização da História Universal. Para ele, a primeira fase histórica havia sido a do Pai (correspondendo ao *Velho Testamento*), a segunda a do Filho (*Novo Testamento*) e a terceira, prestes a se iniciar, inauguraria uma espécie de *Milênio*, marcado por uma espiritualidade superior, sob a presidência do Espírito Santo.

Paralelamente à discussão teórica, ocorreram movimentos sociais milenaristas em diversos pontos da Europa. Num certo sentido, o homem medieval estava sempre à espreita dos sinais anunciadores do fim dos tempos, de alguma forma, procurava apressar a vinda do tão esperado Messias.

Na época das Cruzadas esses movimentos se intensificam. Aparecem então as curiosas figuras de Tanchelm de Antuérpia, de Eon d’Etoile e de tantos outros. Identificando-se com o próprio Cristo, tentaram implantar o igualitarismo entre os fiéis, redistribuíram riquezas, inauguraram uma liberdade sexual que parecia retomar a inocência edênica e, invariavelmente, chocaram-se com a Igreja. Muitos desses líderes milenaristas tiveram morte trágica. Alguns foram assassinados, outros executados, o que, de forma alguma, constituiu sério desencorajamento à repetição do fenómeno. A Idade Média e mesmo a Idade Moderna conheceram outras irrupções do Milenarismo. Profundamente enraizada na

psicologia do homem medieval, a expectativa de uma era de justiça, de paz e de fartura continuou sempre a freqüentar o espírito de eruditos e populares, especialmente nos seus períodos mais agitados.

O desejo de vida edênica expressa-se também na *androginia*, a terceira das utopias examinadas pelo autor.

Tanto a revalorização da figura de Maria, ocorrida no Ocidente a partir do século XII, quanto diversas outras lendas relacionadas com incesto e casamento parecem indicar a recuperação da percepção da bissexualidade de todos os seres, inclusive a do Cristo e a do próprio Deus. Já no século IV, Gregório de Nisa aceitava a androginia original e o teólogo João Escoto Erígena (século IX) chegou a afirmar que “com a ressurreição, o sexo será abolido e a natureza unificada, havendo então apenas o homem integral de antes do pecado” (p. 86).

De idêntico modo, em histórias populares, essa mesma idéia aparece, sob outras formas naturalmente, como, por exemplo, a do casamento incestuoso de Merlin com a irmã Ganieda ou a da ligação de Tristão e Isolda. Na versão alemã da história de Tristão,

“o casal viveu (...) numa gruta na floresta, aberta há muito tempo, quando ali ainda existiam gigantes. Em torno à gruta havia altas montanhas, frondosas árvores, uma planície com uma fonte límpida e refrescante que era clara como o sol, protegida por árvores formosas e embelezada por flores resplandescentes e ervas verdes. Por toda parte se ouvia o canto maravilhoso dos pássaros, havia sombra e sol, a brisa e o vento eram suaves e benignos” (p. 97).

Como se percebe, uma espécie de Éden, que poderia também ter servido de cenário a Adão e Eva, o casal primordial, que precede e prefigura Tristão e Isolda.

Em diversas outras tradições e relatos medievais encontramos alusões a andróginos. É o caso, por exemplo, da célebre papisa Joana, de Raimundo e Melusina, a mulher serpente, da própria Joana D'Arc, e também das histórias de homens grávidos, em consequência da inversão da posição durante o ato sexual. Todas essas criações do Imaginário parecem corresponder ao desejo de retorno a um tempo e a uma condi-

ção originais, anteriores ao curso da História e a seus dissabores, uma condição que é, sem dúvida alguma, de natureza edênica, paradisíaca.

O Paraíso é, em última análise, a utopia suprema, podendo-se dizer, sem muito risco de erro, que, num certo sentido, todas as demais (a *abundância*, o *Milênio* e a *androginia*) não passam de aspectos da existência edênica.

Popularmente, o Paraíso tendia a identificar-se com o Éden de Adão e Eva, isto é: uma espécie de jardim isolado (*hortus conclusus*), de grande beleza, com inúmeras árvores e muitas flores e frutos. Graf, no seu *Miti, leggende e superstizioni del Medio Evo*, observou que “o Paraíso terrestre devia ser de tal beleza e magnificência que pudesse superar as mais ardentes e fervorosas fantasias. Era preciso que os homens conhecessem o que haviam perdido para poder entender melhor o valor daquilo que o sangue de Cristo lhes havia restituído.”

Segundo o relato bíblico, o Paraíso estava no Oriente mas, no que diz respeito ao lugar exato e ao acidente geográfico em que se encontrava, nunca se chegou a um acordo satisfatório. Para uns, situava-se numa ilha; para outros, numa montanha. De qualquer forma, lá crescia a *Árvore da Vida*, que liberta o homem da velhice, da doença e da morte, lá havia grande abundância de pedras preciosas, bem como de ouro e outros metais valiosos, lá estava a fonte da saúde e de toda a felicidade.

Aspiração máxima de plenitude, o Paraíso retoma os míticos temas da abundância, do Milênio e da androginia descritos acima e se revela, com os seus ideais de harmonia e bem-aventurança plenas, como o modelo básico para a criação de todas as utopias, tanto as concebidas na Idade Média quanto as que surgiram fora dela.

O trabalho de Hilário Franco Jr., professor de História Medieval da Universidade de São Paulo, tem, antes de tudo, o inegável mérito de fornecer, pela primeira vez, uma visão panorâmica dessa questão no âmbito da civilização medieval. Por outro lado, por tratar de diversos temas míticos e questões históricas medievais vinculadas a eles, pode servir como guia para a abordagem de todo o imaginário medieval, tanto no que diz respeito aos problemas fundamentais quanto a inúmeros outros aspectos secundários igualmente saborosos.